



Magnífico Reitor
da Universidade Nova de Lisboa,

Senhor Presidente do Conselho Geral,

Senhores Laureados,

Distintos Oradores e Padrinhos,

Caros Dirigentes das Unidades Orgânicas.

Caras Professoras e Caros Professores,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Caros Estudantes,

Meus Amigos:

As minhas primeiras palavras são de júbilo e de agradecimento sincero por esta tão elevada e significativa distinção que me é conferida pela Universidade Nova de Lisboa. Não a pedi, não a sugeri, não a esperava. A surpresa junta-se à alegria na gratidão.

Antes de mais, agradeço muito penhoradamente ao Conselho Científico da Faculdade de Direito desta Universidade por ter votado, por unanimidade, a proposta; e, depois, com idênticos sentimentos, ao Colégio de Directores e ao Magnífico Reitor e meu bom amigo, Prof. Doutor António Rendas, por terem aprovado tal proposta.

Desejo também agradecer, profundamente sensibilizado, as palavras generosas e porventura excessivas proferidas pelo Sr. Prof. Doutor José Carlos Vieira de Andrade, que só talvez uma antiga e sólida amizade e camaradagem possa inteiramente explicar. Bem haja!

Não é este um doutoramento diplomático, político ou por serviços de colaboração externa.

Trata-se, sim, de algo bastante mais raro: sublinhar positivamente a iniciativa da criação, nesta Universidade, de uma nova Faculdade pública de Direito, a cujos órgãos directivos presidi nos primeiros oito anos do seu arranque e consolidação.

É invulgar receber-se um doutoramento Honoris Causa não enquadrado em contexto político ou diplomático; mais raro é, contudo, receber-se esse doutoramento no país e na especialidade em que o laureado já se doutorara em provas públicas da sua carreira docente, quase cinco décadas antes.

Há aqui, por certo, um acto público de reconhecimento, que em regra só acontece post-mortem. O facto de o receber em vida, se constitui para mim um momento de enorme felicidade pessoal e profissional, também me permite lembrar, aqui e agora, todos quantos tornaram possível uma ocasião de tanto significado e alcance.

Em primeiro lugar, os meus Pais, pela educação que me deram, bem secundados pelos meus professores do ensino primário e liceal.

Em segundo lugar, a minha Mulher – que há 50 anos me acompanha, apoia e aconselha –, bem como os meus filhos e demais família. Dela e deles só recebi alegrias, compreensão e incentivos.

Depois, não posso deixar de destacar, neste momento, os excepcionais mestres de quem fui aluno na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Constituíam uma brilhante plêiade de grandes juristas e notáveis docentes. Quem, como eu, teve a oportunidade e a honra de ser aluno de professores tão extraordinários como Paulo Cunha,

Marcello Caetano, Inocêncio Galvão Telles, Manuel Cavaleiro de Ferreira, Adelino da Palma Carlos, Isabel de Magalhães Collaço e João de Castro Mendes (para citar apenas os que mais me marcaram), não pode deixar de agradecer aos céus a sorte singularíssima que derramaram sobre a minha geração.

Também não posso omitir, a propósito, os grandes mestres de Coimbra que eram para nós, os de Lisboa, de leitura obrigatória, e de quem tanto beneficiei – nomeadamente, Manuel Andrade, Teixeira Ribeiro, Afonso Queiró, Ferrer Correia, Antunes Varela e o malgrado Alexandre Pinto Coelho do Amaral. Com vários deles, bem como com Castanheira Neves e Almeida Costa, convivi afectuosamente na Universidade Católica Portuguesa (Lisboa), onde tive a honra de leccionar entre 1977 e 2005, rejubilando por ver hoje como Reitora a ilustre Prof^a Doutora Maria da Glória Garcia, que foi minha aluna no mestrado, assistente, orientanda no doutoramento e colega. Para ela, uma palavra especial de muito respeito, amizade e grande admiração.

Licenciei-me em 1963, aos 22 anos; terminei o mestrado com 23; doutorei-me aos 26; e, depois do interregno político a que tantos universitários foram chamados para construir a Democracia em Portugal, fiz a minha agregação com 42 e cheguei a catedrático aos 43 anos. Tudo isto se passou na Universidade Clássica, onde iniciei a carreira docente e cheguei ao seu topo; aí me mantive como professor, nomeadamente com a regência de Direito Administrativo, durante 30 anos seguidos. A Universidade de Lisboa, dita Clássica, foi pois – e continua a ser – a minha alma mater, que não esqueço e que já mostrou também, ainda recentemente, pela voz do actual presidente do Conselho Científico, não me ter esquecido.

Ao solicitar a minha transferência para a Nova, em 1996-97, não abandonei nada nem ninguém: apenas quis tentar fazer diferente, na convicção de que, assim, seria possível fazer melhor.

No projecto da Faculdade de Direito da Nova – que era inovador, reformista e cheio de ousadias – fui muito ajudado por diversas pessoas ilustres, competentes e empenhadas, com quem desejo partilhar hoje o honroso galardão que me é concedido.

Cito, antes de mais, um Reitor inteligente, aberto e esclarecido – o Prof. Doutor Luís de Sousa Lobo, de quem fiquei amigo – que acolheu de braços abertos a iniciativa e não deu ouvidos aos que lhe sussurravam que a ideia não tinha pernas para andar –; e um Ministro da Educação sereno, metódico e eficiente – o Doutor Eduardo Marçal Grilo, de quem igualmente fiquei amigo – que aprovou superiormente a proposta do Senado da Universidade Nova de Lisboa, explicando-me, aliás com grande realismo: “Sabe, eu não acredito em reformas globais da Universidade; mas acredito na criação de centros de excelência, que aos poucos vão irradiando e obriguem os outros a repensar-se”. Não seria possível, a posteriori, definir com tanta precisão o que foi a principal missão tida em vista pelos que sonharam o Direito da Nova, e que esta tem cumprido empenhadamente.

Outra palavra de muita gratidão tem de ser hoje aqui dirigida aos membros da Comissão Instaladora, que comigo conceberam, discutiram, aprovaram e guiaram os primeiros passos da Faculdade de Direito da U.N.L.: os Professores de Direito Carlos Ferreira de Almeida e Maria Fernanda Palma, de Lisboa, e José Carlos Vieira de Andrade, de Coimbra; os professores de Economia da Nova, Manuel Pinto Barbosa e Diogo Lucena; o Doutor António Barreto, do ICS da Universidade de Lisboa; e, ainda, a Sr^a. Dr^a. Maria Ângela Pires, primeira Secretária da nossa

Faculdade, a quem a escola muito ficou a dever, nos primeiros cinco anos da sua vida – tanto que daria para um relatório separado.

Foi uma Comissão Instaladora de luxo, onde durante mais de um ano se debateu o curso de Direito a fundo, talvez como nunca se tenha feito em Portugal, antes ou depois dela. Dessa notável experiência lembro a declaração final do nosso colega António Barreto, que cito de cor: Esta comissão, das muitas a que tenho pertencido, foi provavelmente a que mais prazer intelectual e calor humano me fez sentir. Por isso ele aceitou ficar, nos primeiros anos, a ensinar Sociologia aos nossos alunos.

Recordo ainda o assessor jurídico, Dr. José Robin de Andrade, bom amigo e excelente jurista, que tanto nos ajudou a trilhar os caminhos difíceis da burocracia académica e governamental.

Estava criado o núcleo duro inicial da Faculdade de Direito da Nova, a que se vieram juntar, ainda na fase de instalação, os Professores e amigos João Caupers, Teresa Pizarro Beleza, José Lebre de Freitas, António Manuel Hespanha, Armando Marques Guedes, Maria Lúcia Amaral, Maria Helena Brito e Ana Prata, bem como a saudosa Prof^a Paula Escarameia, doutorada em Harvard, infelizmente já falecida, e ainda os Professores e amigos Jorge Bacelar Gouveia, Rui Pinto Duarte e Nuno Piçarra, já doutorados na Nova.

Começámos a trabalhar. E com que entusiasmo!

Os primeiros anos de funcionamento da Faculdade (de 1997 a 2005) foram para todos nós, e creio que também para os nossos alunos, um momento mágico que jamais esqueceremos e que, por mim, bem gostaria de voltar a viver: era a excitação da novidade; eram as relações próximas e amigas dos professores entre si, e de todos eles com os alunos; era a criação da Associação de Estudantes e a decisão histórica, que em diálogo se

conseguiu, da renúncia a qualquer praxe académica, logo substituída, desde o início, por uma semana de recepção afectuosa aos caloiros...

Eram as novas disciplinas, os novos métodos, os novos horários-tipo, e as novíssimas aulas teóricas dialogadas, bem como as aulas práticas com casos reais, analisados em conjunto por professores e advogados de várias firmas, que amavelmente aceitaram colaborar connosco pro bono, a saber as Sociedades ‘Cuatrecasas’, ‘Galvão Telles e Morais Leitão’, e ‘PLMJ’, a que mais recentemente se juntou a ‘Gomez y Acebo’, todas nas disciplinas semestrais de Prática Jurídica Interdisciplinar.

Não posso deixar de referir aqui, expressamente, três das principais inovações em que fomos pioneiros em Portugal (e creio que ainda somos os únicos), e que de nós fizeram, desde o ano em que se concluiu a primeira licenciatura (pré-Bolonha), a Faculdade de Direito portuguesa que mais alunos colocou em grandes e médios escritórios de advogados em Lisboa. Foram elas as disciplinas, obrigatórias para todos, das três seguintes especialidades:

- Inglês para juristas;
- Contabilidade para juristas;
- Informática para juristas.

O meu bom e saudoso amigo, e ilustre advogado, Dr. João Morais Leitão, quando lhe revelei esta tríade inovadora, logo comentou: “Ah! Assim, sim. Se forem por aí, vão ver que vale a pena!”.

Mas não foi só isto: a Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa foi pioneira no ensino de numerosas e interessantes disciplinas emergentes, tais como o Direito Internacional Humanitário, o Direito do Comércio Internacional, o Direito da Saúde e Bioética, o Direito da Segurança Social, o Direito das Actividades Não Lucrativas, o Direito do

Desporto, o Direito das Mulheres e da Igualdade Social (“Women’s Law”), o Direito dos Seguros, a Resolução Alternativa de Conflitos, a História do Estado, a História das Ideias Políticas, a Teoria das Relações Internacionais, os Direitos Africanos, a Análise Económica do Direito, etc., etc.

A ideia desta grande diversidade foi recolhida em várias visitas de estudo às principais universidades norte-americanas, e a lista completa das disciplinas foi elaborada pela Comissão Instaladora. A propósito, gostaria de propor à actual Directora da Faculdade, Prof^a Doutora Teresa Beleza – minha antiga aluna, depois colega, e cara amiga – que nas comemorações do 20º aniversário da Faculdade, que se aproximam a passos largos, venha a incluir-se a publicação integral das “Actas da Comissão Instaladora”. Seriam de leitura muito instrutiva.

Mas, se a nossa Faculdade se tem revelado, desde o início, como escola superior com muito êxito à saída, ela é também uma instituição de sucesso à entrada: temos tido, nos últimos anos, a mais elevada percentagem nacional – nos cursos de Direito – de alunos que entram para o nosso 1º ano sendo esta casa a sua 1ª escolha.

A outra grande inovação, desta vez pedagógica, que eu trouxe dos E.U.A. (nomeadamente de Harvard, Yale e Columbia), foram as “aulas teóricas dialogadas”. Qual é a ideia?

Foi-me explicado nessas escolas – todas pertencentes à “Ivy League” norte-americana – que a tradicional aula teórica, consistente num longo monólogo, por vezes fastidioso, a cargo do professor, tinha sido substituída pelo sistema, mais vivo e mais interessante, das aulas teóricas dialogadas com os alunos, o que implicava que estes soubessem, na aula anterior, qual

a matéria da aula seguinte. Assisti nos Estados Unidos a várias aulas desse novo género, inspirado em Platão.

Segundo ele, no Ménon, a imortalidade da alma traduz-se na permanente transmigração das almas e, portanto, na reencarnação delas em novos corpos. As almas reencarnadas transportam consigo lembranças ou reminiscências do que tenham retido das suas vidas anteriores. Por isso, a educação da juventude não deve ser feita, em regra, pela mera transmissão de conhecimentos do professor para os alunos, mas sobretudo pelo diálogo, composto de constantes perguntas do professor e de respostas em aproximação sucessiva dos alunos, de modo a levar estes a acordar as suas reminiscências e a descobrir as soluções certas para cada problema.

Descontando o que há sempre de imaginativo, poético e metafórico nos “Diálogos” de Platão, e substituindo a teoria da reencarnação pela dos conhecimentos realmente adquiridos por cada jovem até aos seus 17 ou 18 anos, o que é que fica? Fica a ideia – baptizada em França de “pedagogia activa” – de conduzir as aulas teóricas em diálogo com os alunos, levando-os a responder a perguntas e a debater, com o professor e entre eles, as respostas.

Não é fácil para os professores mais antigos passar da velha prelecção magistral para a moderna aula teórica dialogada. Mas muitos de nós conseguimos. E os alunos corresponderam admiravelmente. As aulas transformavam-se, em cada dia, em diálogos e debates animados, vivos, por vezes cheios de humor, dos quais os alunos saíam bem dispostos e com vontade de aprofundar os temas tratados, e os professores, plenamente realizados. O mesmo sucedia nos ciclos de Cinema e Direito, com filmes por nós escolhidos e exibidos na Cinemateca Nacional, seguidos de debate, e sempre ligados às matérias dadas.

Regi durante oito anos consecutivos a disciplina de “Introdução ao Direito”, no 1º ano, segundo o modelo dos diálogos platónicos e do correspondente acompanhamento audio-visual, e posso dizer-vos, com toda a sinceridade, que foram esses os anos mais felizes da minha vida de professor.

Resta-me declarar aqui, perante todos vós, que sinto muito orgulho na obra feita na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa; e quero manifestar, na pessoa da sua actual Directora, a minha boa amiga, Profª Teresa Pizarro Beleza, bem como na de todos os membros do Conselho Científico, sem excepção, plena confiança no futuro da instituição. Agradeço também, muito reconhecidamente, o apoio permanente e eficaz, do actual Reitor, Prof. Doutor António Rendas.

Magnífico Reitor,

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Aceito com muito gosto a grande honra deste Doutoramento “Honoris Causa”, concedido pela Universidade Nova de Lisboa e que – repito – não pedi, não sugeri, e não esperava.

Assim se cumpriu, uma vez mais, a sábia recomendação do Padre António Vieira: “Devem ser as honras a procurar os homens, e não os homens a procurar as honras”.

Tenho dito.

Diogo Freitas do Amaral, 17 de junho de 2015